

Intervenção Judicial na Administração de Sociedades

2018

Luis Felipe Spinelli
João Pedro Scalzilli
Rodrigo Tellechea

INTERVENÇÃO JUDICIAL NA ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADES

© Almedina, 2019

AUTOR: Luis Felipe Spinelli, João Pedro Scalzilli, Rodrigo Tellechea

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584934393

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Spinelli, Luis Felipe
Intervenção judicial na administração de
sociedades / Luis Felipe Spinelli, João Pedro
Scalzilli, Rodrigo Tellechea. -- São Paulo :
Almedina, 2019.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-439-3

1. Direito comercial 2. Direito empresarial
3. Intervenção judicial 4. Processo civil
5. Sociedades comerciais I. Scalzilli, João Pedro.
II. Tellechea, Rodrigo. III. Título.
18-22854 CDU-347.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Intervenção judicial na administração de sociedades : Direito societário 347.72
Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária CRB-8/7639

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2019

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

1. Introdução ao Instituto.....	19
1.1. Direito Societário.....	19
1.2. Poder de Controle	20
1.3. O Princípio da Maioria como Técnica de Absorção de Conflitos	21
1.4. Necessidade de Recurso à Jurisdição	24
1.5. Dificuldades Decorrentes da Ausência Regulação	25
1.6. Desnecessidade de Regra Expressa.....	28
1.7. Técnica de Prevenção ou de Cessação da Conduta Delitiva	29
1.8. Medida Alternativa.....	30
1.9. Inafastabilidade da Aplicação da Medida.....	31
1.10. Amadurecimento do Instituto.....	32
2. Natureza Jurídica da Intervenção e do Interventor	33
3. Espécies de Intervenção.....	37
3.1. Observador	38
3.2. Cogestor	42
3.3. Gestor.....	45
3.4. Executor	49
3.5. Liquidante	54
3.6. Mediador	56
4. Escolha do Administrador Judicial	59
4.1. Qualificação Técnica	60
4.2. Pessoa Jurídica Especializada	62
4.3. Nomeação Plúrima	62
4.4. Imparcialidade	63
4.5. Impedimentos	65
4.6. Impugnação	66
5. Características da Medida	67
5.1. Excepcionalidade.....	67
5.2. Provisoriedade.....	72
5.3. Acessoriedade.....	74
5.4. Alterabilidade.....	75
5.5. Revogabilidade	76

5.6. Fungibilidade.....	76
5.7. Imediatez	77
6. Requisitos para a Concessão da Medida.....	79
7. Legitimação Ativa.....	87
8. Legitimação Passiva	91
9. Hipóteses de Cabimento da Medida.....	97
9.1. Grave Desinteligência entre os Sócios.....	99
9.2. Atos que Importam em Risco ao Negócio	102
9.3. Prejuízo ao Exercício de Direitos de Sócio.....	104
9.4. Esvaziamento da Sociedade ou Confusão Patrimonial	106
9.5. Irregularidades na Contabilidade	107
9.6. Paralisação ou Irregular Funcionamento dos Órgãos Sociais	108
9.7. Acefalia ou Vacuidade Administrativa	109
9.8. Delegação Irregular da Gestão.....	112
9.9. Incertezas Acerca da Titularidade do Controle Societário	112
9.10. Embaraço à Liquidação de Participação Societária na Apuração de Haveres.....	112
9.11 Embaraço à Liquidação de Participação Societária na Penhora de Quotas	114
9.12. Violação dos Deveres por Parte de Administradores	115
9.13. Descumprimento de Ordem Judicial	121
9.14. Resistência à Penhora de Faturamento.....	122
9.15. Prevenção de Dano ao Consumidor, ao Meio Ambiente, à Concorrência e à Administração Pública	124
9.16. Beligerância em Divórcio e Dissolução de União Estável de Consócios .	126
9.17. Necessidade de Salvaguarda dos Direitos dos Herdeiros do Sócio Falecido.....	127
10. Decreto de Intervenção	129
11. Atuação	133
12. Deveres	139
13. Destituição e Responsabilização	147
14. Remuneração.....	151
14.1. Parâmetros de Fixação	151
14.2. Forma de Pagamento.....	153
14.3. Responsabilidade pelo Pagamento	154
14.4. Remuneração nas Hipóteses de Substituição e Destituição	155
15. Término da Intervenção	157
16. Considerações Finais	159
Referências	161
Sobre os Autores.....	171